

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DO PRONAF NAS COMUNIDADES RURAIS DE BALSAS/MA

PUBLIC POLICIES FOR FAMILY AGRICULTURE: ANALYSIS OF PRONAF IN RURAL COMMUNITIES IN BALSAS/MA

Marisa de Sousa Brito 1
Keile Aparecida Beraldo 2
Diego Neves de Sousa 3
Lina Maria Gonçalves 4

Mestre em Gestão de Políticas Públicas. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7616813084375117>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0209-9898>.
E-mail: msbritoecon@gmail.com

Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora da Universidade Federal do Tocantins. 2
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2826778093832788>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0739-1548>.
E-mail: keile@mail.uft.edu.br

Doutor em Desenvolvimento Rural, analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. 3
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9288240683474258>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3124-5150>.
E-mail: diego.sousa@embrapa.br

Doutora em Educação. Professora Colaboradora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas/UFT. 4
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3279517809220564>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9859-1309>.
E-mail: lina.mg@uft.edu.br

Resumo: Este estudo buscou contribuir com o entendimento sobre a temática de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Teve por objetivo analisar a relação entre as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, que acessaram o programa, entre os anos de 2013 e 2017, as linhas de financiamento e o índice de endividamento nas comunidades rurais de Balsas/MA. Utilizou-se de uma abordagem quali-quantitativa, abrangendo o método descritivo-exploratório, por meio de análise documental e observação participante. Observa-se que, mesmo com apoio de políticas públicas específicas, o segmento permanece estagnado, seguindo na produção de alimentos básicos para autoconsumo e baixa participação nos mercados integrados, em condições cada vez mais adversas, tanto pelo avanço desenfreado do agronegócio, como pela falta de organização do segmento e ainda pela baixa eficácia dos apoios institucionais. Constatou-se que há inadimplência de créditos do Pronaf nas comunidades agrícolas, e que esta ocorre por diversos motivos, dentre eles se destaca a falta de conhecimento de gestão de recursos, além de baixa escolaridade dos produtores.

Palavras-chave: Crédito Rural. Inadimplência. Desenvolvimento Rural. Agricultura.

Abstract: This study sought to contribute to the understanding of the theme of specific public policies for family farming, as is the case of the National Program for Strengthening Family Farming - Pronaf. It aimed to analyze the relationship between the activities developed by family farmers, who accessed the program, between the years 2013 and 2017, the financing lines and the debt ratio in the rural communities of Balsas / MA. A qualitative and quantitative approach was used, encompassing the descriptive-exploratory method, through document analysis and participant observation. It is observed that, even with the support of specific public policies, the segment remains stagnant, continuing in the production of basic foods for self-consumption and low participation in integrated markets, in increasingly adverse conditions, both due to the unbridled advance of agribusiness, as well as the lack organization of the segment and also due to the low effectiveness of institutional support. It was found that there is a default of Pronaf credits in the agricultural communities, and that this occurs for several reasons, among them the lack of knowledge of resource management, in addition to the low level of education of the producers.

Keywords: Rural Credit. Default. Rural Development. Agriculture.

Introdução

Ao longo da história da humanidade as transformações ocorridas mediante o avanço das diferentes formas de exploração da terra, privilegiaram determinados grupos de agricultores com maior poder econômico e tecnificados.

Segundo Veiga (2007), há indícios de que a agricultura moderna nasceu em diversas partes da Europa, ainda no século XVIII, passando por intenso processo de mudanças, sejam tecnológicas, sociais e econômicas, para provocar saltos de quantidade e qualidade, culminando com o fim da escassez crônica de alimentos.

Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura que gerou no Brasil, não foi diferente do resto do mundo, como consequência, os agricultores familiares foram, historicamente, relegados a segundo plano na agenda política diante de seu processo de exclusão.

Para Manzanal e Schneider (2011, p. 51), “foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. A partir desse ponto eclodiu várias pesquisas que visavam entender a emergência dessa categoria sociopolítica, inclusive visando definições, padrões e os perfis dos envolvidos neste segmento.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO reconhece a agricultura brasileira como uma referência mundial na produção de alimentos e matérias-primas. E, em 1998, a reunião do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a FAO evidenciou a importância e a delimitação do universo da Agricultura Familiar (AF) brasileira. Já que, a partir desse ponto, foi possível quantificar a participação da AF no setor agropecuário e mensurar sua contribuição econômica e social para o desenvolvimento do país (BUAINAIN, 2006). Mesmo com a agricultura sendo destaque em termos de abastecimento alimentar no mundo, é interessante ressaltar que o Brasil é um dos poucos países com políticas públicas específicas para apoio à agricultura familiar (BIANCHINI, 2015).

Para melhor compreensão da relevância de políticas e ações específicas para a agricultura familiar, é importante destacar que a categoria envolve uma enorme diversidade de públicos beneficiários, tais como: agricultores familiares tradicionais, assentados dos programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores familiares, povos da floresta, seringueiros, dentre outros povos tradicionais, que têm na família (nuclear ou ampliada) a base estruturante de suas formas de produção e organização do trabalho (SCHNEIDER, 2014).

Os principais fatores que levaram a essa evolução sobre o tema se deram através de: a) recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990; b) criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a c) criação da Lei da Agricultura Familiar, ambos em 2006 (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011).

Com a criação do PRONAF, em 1996 e sua ampliação, em termos de linhas de financiamento e público-alvo, a partir de 2004, verificou-se que os agricultores familiares foram reconhecidos como “atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas relevantes”, visto que até então havia ações diluídas em várias outras políticas setoriais (BUAINAIN, 2006, p. 16).

A atuação das políticas públicas voltadas ao apoio à produção agrícola familiar busca a dinamização da economia, criando maiores oportunidades de geração de renda e crescimento socioeconômico dos diversos grupos componentes desse segmento. No contexto do mercado interno, a agricultura familiar vem desempenhando relevante função de produtora de alimentos e no abastecimento alimentar para o desenvolvimento do país, sendo relevante ter políticas públicas específicas, porém é necessário entender como os beneficiários de tais políticas as usufruem. Isso posto, “contrariando as teses sobre o desaparecimento da pequena produção frente ao avanço do capitalismo no campo, o reconhecimento da categoria sociopolítica da “agricultura familiar” influenciou a concepção de novas políticas de desenvolvimento rural” (SOUSA, 2019, p.17).

Dessa forma, a agricultura familiar é tema de grande importância para o país, pois o seu desenvolvimento repercute em diversos contextos, sejam econômicos, políticos e sociais. Com

destaque para seu papel ligado diretamente à segurança alimentar e nutricional e à garantia de fixação do homem no campo.

Assim, esta pesquisa busca analisar a relação entre as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, que acessaram o programa, entre os anos de 2013 e 2017, as linhas de financiamento e o índice de endividamento nas comunidades rurais de Balsas/MA. Utilizou-se de uma abordagem quali-quantitativa, abrangendo o método descritivo-exploratório, por meio de análise documental e observação participante.

Com apoio do STTR, que é um órgão representativo, filiado à Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) e, em âmbito nacional, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que tem a finalidade de assistir às demandas dos seus sindicalizados em torno das dinâmicas das suas atividades produtivas, foi possível realizar este estudo.

Neste contexto, esta pesquisa se baseou nas seguintes questões: Como as políticas públicas, vinculadas ao Pronaf, influenciariam as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares no município de Balsas – MA? Quais fatores determinantes para a inadimplência no Pronaf na região Balsas/MA?

Contextualizando o município de Balsas – Maranhão

O município de Balsas teve sua fundação em 23 de maio de 1882, ligado à cidade de Riachão – MA, ainda com categoria de vila, denominada Santo Antônio de Balsas. Posteriormente teve alteração de sua condição para município com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela Lei Estadual nº 775, de 22 de março de 1918. Algum tempo depois, através do decreto-lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943, houve a alteração de nome, que de Santo Antônio de Balsas passou a se chamar Balsas (IBGE, 2019).

A Frente Sertaneja que avançou para o sul do Maranhão, que desde a segunda metade do século XVI seguiram pelas margens do rio São Francisco, sob o patrocínio da Casa da Torre, chegaram, na primeira metade do século XVIII, às margens do Parnaíba; atravessaram este rio e fundaram o arraial de Pastos Bons, de onde partiram as expedições de conquista e ocupação dos sertões sul-maranhenses (FRANKLIN, 2008).

Para Rocha e Mota (2012), o processo de ocupação do Sul do Maranhão apresentou temporalidades diferenciadas, desde a busca de pastagens para o gado que havia sido deslocado do litoral nordestino (Bahia), o cultivo do arroz, até a efetiva ocupação pela monocultura da soja, marcada pela industrialização da agricultura.

Segundo Mota (2017), Balsas está situada no Território Rural Cerrado Sul Maranhense, sendo o município destaque no setor agropecuário no estado, base da sua economia. Seu primeiro ciclo produtivo foi voltado para o plantio de arroz, e no final do século XX, despontou como segundo ciclo produtivo voltado para a produção de soja, com vista ao agronegócio e o predomínio da comercialização de commodities.

Um dos fatores que influenciaram a mudança de ciclo produtivo na região de Balsas foi a migração de famílias de diversas regiões do país, com destaque aos que vieram da região Sul, especialmente aqueles ligados ao setor rural ou agroindustrial. Esse êxodo teve início nas décadas de 1970 e 1980, com famílias em busca de terras de baixo valor de compra e produtivas e, também, dos subsídios do Estado. Isto desencadeou a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento capitalista na região, como resultado do processo de avanço nos Cerrados (MOTA, 2017; ROCHA; MOTA, 2012).

Com localização no Sul do estado do Maranhão, na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz, na Região Imediata de Balsas, apresentando extensão territorial de 13.141,757 km², contando com uma população aproximada de 93.826 habitantes (IBGE, 2019). Destaca-se por estar em uma localização estratégica, cortada por rodovias que fazem ligação com outros estados (Tocantins, Piauí e Bahia), conhecida como região do MATOPIBA, em referência as sílabas iniciais dos nomes dos estados.

Vieira (2015) distingue que o modo de vida dos sertanejos sul maranhenses estava intimamente relacionado à criação de gado e aos cultivos de subsistência. Esses pontos descrevem o município de Balsas, onde há tanto a venda da força de trabalho familiar, a prestação

de serviços a outros agricultores, iniciativas centradas na própria exploração e a pluriatividade produtiva desses sujeitos.

Sobre o processo de transformação da agricultura balsense, Cunha (2015, p. 149) informa que, a partir de 1990, com a liberalização da economia, se desenvolveu a cultura de soja e houve a instalação na região de uma significativa cadeia produtiva desse produto, que atraiu investimentos pesados em infraestruturas de transporte, com vias de escoamento até o porto do Itaqui, em São Luís.

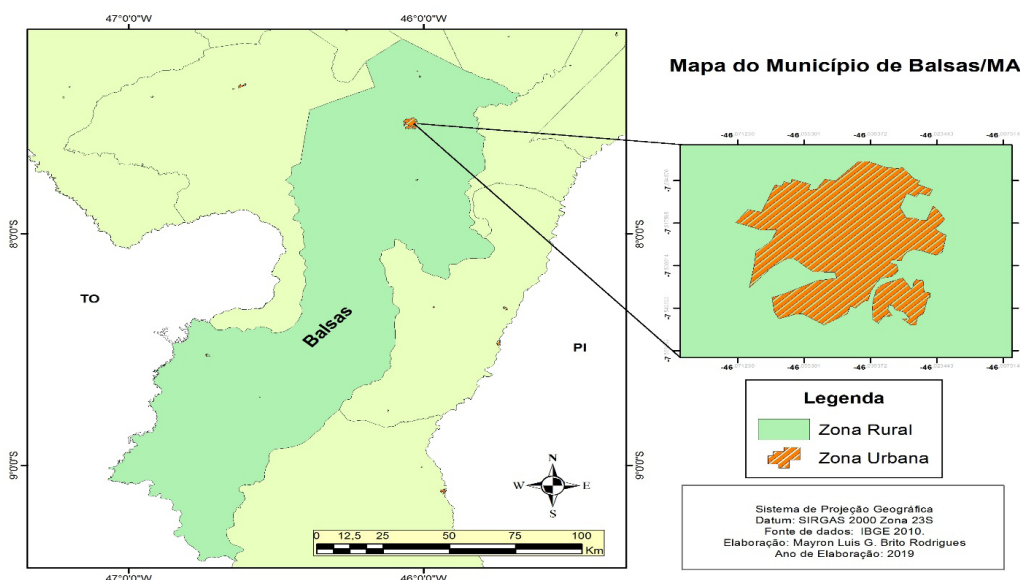
Ainda nesse período, o município apresentou uma elevação do nível populacional, devido as migrações, principalmente de indivíduos em busca de trabalho, pois o município se consolidava na posição de centro econômico, social e cultural da região sul do estado, sendo destaque no país pelo desempenho produtivo acima da média nacional. Assim, mais pessoas migraram em busca de atividades voltadas à agricultura, além de expandir os diversos tipos de atividades profissionais, vindo a acolher profissionais de outras áreas (SANDRI; BAÚ, 2008).

Vale ressaltar que para a agricultura familiar nesse cenário, houve incentivos para as empresas/empresários agrícolas, com subsídios para compra de terras, aquisição de maquinários e insumos, enquanto a agricultura familiar tradicional foi deixada de lado, negligenciada, tornando a vida dos que dependiam da terra bem mais difícil em termos de produção (MESQUITA, 2011).

Assim é possível informar que a agricultura familiar de Balsas não se difere da existente em toda a região sul maranhense, voltada para a subsistência e comercialização dos excedentes de culturas alimentares (horticultura, arroz, feijão, mandioca, melancia, banana e outros), com convivência tênue com o agronegócio. Este último com destaque na produção de grãos (milho, feijão, soja).

A figura 1 ilustra o mapa do município, com a diferenciação entre zona urbana e zona rural, demonstrando que o mesmo possui uma extensa área rural. Citam-se casos em que os povoados ficam a mais de 300km da sede. Destarte que Balsas é o maior de todos os municípios do estado do Maranhão.

Figura 1. Mapa do município de Balsas/MA.



Fonte: Elaborado por Mayron Luís G. B. Rodrigues (2019). Base cartográfica – IBGE (2010).

É imprescindível destacar que, mesmo o município sendo destaque na participação do agronegócio como gerador de produção e riqueza no município, há também um percentual significativo de famílias de agricultores familiares, que buscam subsídios para produzir, por meio de políticas de crédito rural, como o Pronaf.

Políticas de Crédito Rural: breve histórico

O crédito rural é um importante instrumento de política agrícola, pois através dele é possível aos agricultores o acesso a recursos, que possibilitam a dinamização das suas atividades produtivas, permitindo a maior geração de renda e utilização de mão de obra. Trata-se de uma espécie diferenciada de crédito, devido ao seu caráter social e de desenvolvimento rural. Bacha (2004, p. 64) informa que, “o crédito rural pode ser visto como um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária, com taxas de juros e condições de pagamentos diferenciadas das vigentes no mercado”. Esse processo é necessário devido as incertezas e riscos existentes nessa atividade produtiva, que impactam no desempenho econômico do país.

Na Revolução Verde, ocorrida na década de 1960, foi idealizado para salvar o mundo subdesenvolvido, através da industrialização e tecnificação da agricultura. Nesse período, o crédito rural foi farto e bastante subsidiado no país, viabilizando, juntamente com a pesquisa e a assistência técnica, suportes para o processo de modernização da agricultura (GUIMARÃES, 1982).

Para Araújo e Vieira Filho (2018), o contexto histórico brasileiro aponta que os agricultores familiares tinham acesso limitado ao crédito rural, tanto pelo pouco interesse dos bancos ou das instituições financeiras em financiar a população agrícola de baixa renda, quanto pela concentração de políticas públicas direcionadas aos grandes grupos fundiários, o que contribuiu de certa forma para o crescimento da desigualdade produtiva no Brasil.

Ainda segundo o BACEN (2019, s/p), o crédito rural financia o custeio de despesas normais dos ciclos produtivos, investimento em bens ou serviços, comercialização e industrialização, a função do CMN nesse âmbito é estabelecer subdirecionamentos para cada segmento rural, a partir de parâmetros do perfil do produtor. Assim o papel deste é de, por meio do repasse de crédito, aumentar a produtividade dos recursos à vista no setor e gerar renda para os públicos da agricultura familiar. Nesse sentido há uma diferenciação dos fins a que se destinam esses valores.

No início da década de 1990, a agricultura brasileira passou por um processo que incrementou a abertura comercial, colocando os produtos brasileiros na concorrência do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que o crédito rural se tornou escasso, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e a inflação apresentava uma curva crescente. Era um cenário diferente do início da década de 1980, quando o Estado desenvolveu sua política de modernização agrícola, baseada em crédito abundante e em investimentos em pesquisa e assistência técnica (NUNES, 2007, p. 8).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o BACEN, classificam o crédito rural em segmentações específicas, como apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Tipos de Crédito Rural e suas finalidades.

Tipos de Crédito	Finalidade
Custeio	São disponibilizados para cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, desde a compra de insumos até os custos na fase da colheita
Investimento	São exclusivos para a aquisição de bens e serviços duráveis, a qual os benefícios desde se estendem por vários anos.
Comercialização	São destinados para assegurar ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.
Industrialização de produtos agropecuários	Se destinam a financiar atividades agropecuárias, da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.

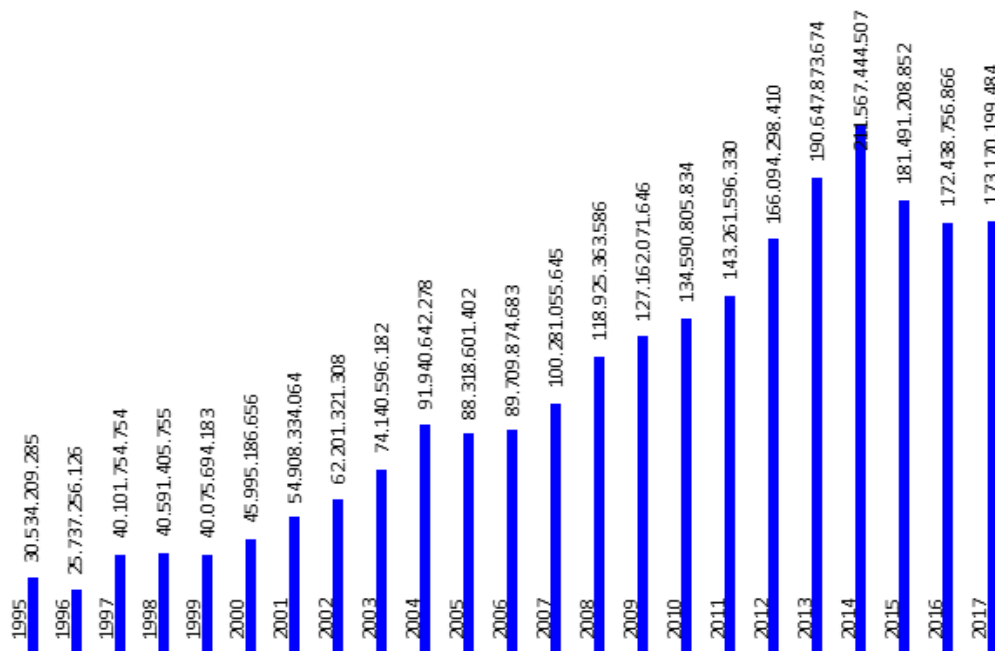
Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA e Banco Central do Brasil -BACEN, (2019, s/p).

Atualmente, o crédito rural pode ser utilizado por produtores rurais (pessoa física ou jurídica) ou por suas cooperativas. Também pode ser utilizado por pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, se dedique a uma das seguintes atividades: Pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; Pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; Prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo; Prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais; Mediação de lavouras, e atividades florestais (BACEN, 2019, s/p).

No que concerne às exigências para concessão do crédito, o tomador do crédito deve considerar os seguintes critérios: a) idoneidade do tomador; b) apresentação de orçamento, plano ou projeto, salvo em operações em desconto; c) oportunidade, suficiência e adequação dos recursos; d) observância de cronograma de utilização e de reembolso; e) fiscalização pelo financiador; f) liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais ou organizações cooperativas; g) observância das recomendações e restrições do zoneamento agroecológico e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) (BACEN, 2019, s/p).

Para vislumbrar o nível de crédito rural disponibilizado de forma ampla ao setor agropecuário no Brasil, a partir de 1995 até 2017, Araújo e Vieira Filho (2018) analisaram a sua evolução, com intuito de verificar como foram distribuídos os volumes de recursos no período que antecede a criação do Pronaf até o período mais atual (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução do crédito rural no Brasil (1995 a 2017).



Fonte: Adaptado de Araújo e Vieira Filho (2018, p.10) de 1995-2016. Baseado nos dados do BACEN, incluído o ano 2017 pelos autores).

Desde 1995, segundo Araújo e Vieira Filho (2018), observou-se crescimento amplo dos recursos destinados ao crédito rural, passando de R\$ 38 bilhões, em 1995, para R\$ 165 bilhões, em 2017. Mesmo o recorte temporal da pesquisa ser de 2013 a 2017, é interessante observar como estava evoluindo este critério até o início e após o período de observação da pesquisa. Nas estimativas dos direcionamentos desses recursos, é importante ressaltar que cerca de mais de 80% destes foram destinados ao segmento do agronegócio, os demais 20% foram para ações voltadas à agricultura familiar e suas pluralidades.

Vale destacar que, os valores apresentados no Gráfico 1 e no Quadro 2 foram atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – IGP-DI, ferramenta que registra a

inflação de preços das matérias-primas agrícolas e industriais, até bens e serviços finais.

Quadro 2. Crédito Rural – Evolução dos Recursos Financeiros – Valores Nominais¹ e Constantes² (1995 a 2017).

Ano	Valor Nominal (R\$)	Valor Constante em Dez/2018 (R\$) ⁽¹⁾	Variação Anual
1995	6.962.631.500	30.534.209.285	-
1996	6.728.109.224	25.737.256.126	-15,7%
1997	11.148.717.018	40.101.754.754	55,8%
1998	11.605.043.941	40.591.405.755	1,2%
1999	12.117.643.164	40.075.694.183	-1,3%
2000	14.859.570.197	45.995.186.656	14,8%
2001	18.932.167.037	54.908.334.064	19,4%
2002	23.341.792.244	62.201.321.308	13,3%
2003	31.789.054.311	74.140.596.182	19,2%
2004	42.091.743.013	91.940.642.278	24,0%
2005	43.112.372.624	88.318.601.402	-3,9%
2006	45.460.995.377	89.709.874.683	1,6%
2007	52.728.569.911	100.281.055.645	11,8%
2008	66.128.422.438	118.925.363.586	18,6%
2009	74.096.178.017	127.162.071.646	6,9%
2010	82.371.758.565	134.590.805.834	5,8%
2011	93.563.090.746	143.261.596.330	6,4%
2012	114.413.715.641	166.094.298.410	15,9%
2013	139.400.053.179	190.647.873.674	14,8%
2014	164.401.382.292	211.567.444.507	11,0%
2015	154.140.107.293	181.491.208.852	-14,2%
2016	158.846.304.165	172.438.756.866	-5,0%
2017	164.746.311.742	173.170.199.484	0,4%

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em Banco Central do Brasil (BCB) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop) 1995 a 2012; Registro Comum de Operações Rurais (Recor) 2013 em diante: Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

Os dados apresentados no Quadro 2 revelam que o auge dos repasses de crédito rural ocorreu no ano de 2014, com o montante de R\$211 bilhões disponibilizados, mesmo não sendo o ano de maior variação desses repasses.

Quanto à forma que se efetuou o repasse do volume de recursos anteriormente apresentados, foi adotada a confecção anual do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), no qual o governo brasileiro organiza a forma como é realizado o processo. Dessa forma é possível entender o momento político vivenciado a cada ano e, a partir disso, entender como aprimorar os instrumentos das políticas de apoio ao setor, visando o crescimento econômico.

Nesse sentido, objetivando uniformizar as informações do estudo, alinhou-se a apresentação das informações contidas no PAP 2006/2007 até o PAP 2017/2018, possibilitando vislumbrar como seguia a ações políticas do governo diante de situações internas e externas, que impactaram na condução da economia, no decorrer de uma década.

1 Segundo o Sandroni (2016), valor nominal refere-se ao valor de face, valor declarado de um ativo, este não considera a evolução dos preços da economia.

2 De acordo com Sandroni (2016), o valor constante trata de valor corrente, abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, expurgando os índices de inflação ou deflação, trazendo os valores para o praticado no período da verificação.

Verificando uma década (2006 a 2017) de ações, através das políticas públicas, o MAPA (2019) divulgou o PAP 2006/2007, que preocupado com o baixo desempenho que o setor passava no período, quando o volume de recursos disponibilizado foi de 60 bilhões de reais, mas deste montante, apenas cerca de 45 bilhões foram de fato utilizados. Nesse plano, foram disponibilizados cerca de 10 bilhões especificamente para a agricultura familiar.

No PAP de 2007/2008, visando dar continuidade ao compromisso do Governo vigente, de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, renda, divisas e energia, houve a disponibilização de 70 bilhões para o segmento. Neste plano é apresentada outras linhas de crédito direcionadas para a agricultura familiar, a qual o repasse era de R\$ 4,1 bilhões em 2002/2003, passa para R\$ 12 bilhões nesse plano, considerado um volume de recursos significativo (MAPA, 2019).

No PAP 2014/2015, os volumes de crédito foram repassados para consolidar os avanços na produção, e se destaca pela ampliação das disponibilidades de recursos para o financiamento da agropecuária, manutenção do nível de subvenção ao prêmio do seguro rural, e a introdução de novas medidas de ajuste e de sustentação dos programas de investimento. Essa perspectiva ocorria devido os indicadores de desempenho da economia mundial, ainda os prognósticos relativamente favoráveis para os próximos anos revelavam o fortalecimento das economias desenvolvidas e o fim da recessão nos países da zona do Euro (MAPA, 2019).

Ainda, conforme mostrado no Quadro 2, nos anos de 2015, 2016 e 2017, observou-se um desequilíbrio na disponibilização dos recursos, os quais vinham sendo mantidos pela política do governo, provavelmente resultado da redução dos gastos públicos da esfera federal, com programas e políticas públicas, após a recente crise econômica brasileira.

No geral, o ano de 2015 houve queda significativa dos repasses do crédito rural (-14,2%, cerca de mais de R\$30 bilhões). Este foi o ano no qual o país sentiu os efeitos da crise e ainda encarou situações climáticas intensas. O ano de 2016 também seguiu em queda, menos acentuada, mas com menos recursos disponíveis que o ano anterior. Em 2017 houve crescimento abaixo de 1%, com recuperação somente em 2018, com percentual de 5,6%. É interessante observar que mesmo com crescimento em 2018, o nível de recursos foi próximo do que havia disponível em 2015, isso exemplifica como estavam sendo elevado os números dos recursos do crédito rural desde 2012 até 2014 (acima da casa dos 10%).

No PAP 2016/2017 houve redução no volume de recursos, explicado por um cenário econômico nacional e internacional de menor crescimento da produção e dos fluxos de comércio, em conjunto com a desaceleração da demanda mundial do agronegócio. Este fato é acompanhado pela ocorrência interna de severas adversidades climáticas, caracterizadas pela seca na região Nordeste, cuja produção agrícola tem sofrido acentuada quebra de safra nos últimos anos, sendo objeto de sucessivas renegociações de dívida, e, por outro lado, pelo excesso de chuvas na região sul, que também experimentou elevadas perdas, notadamente na produção de arroz e soja (MAPA, 2019).

Quando o PAP 2017/2018 foi divulgado, este teve um leve aumento dos recursos disponíveis para o crédito rural. Não é especificado o volume de recursos para o Pronaf no documento, apenas em informação na plataforma digital do BACEN que é possível identificar este indicador para o setor, sinalizando retrocesso no destaque à agricultura familiar. A partir dessa ação é notório a necessidade de haver novas orientações de política pública voltada para os resultados em termos produtivos da agricultura familiar.

A partir do exposto, é possível identificar que toda ação do Governo depende diretamente da condução política do país e seguindo o momento econômico mundial. Vale ressaltar que, ano a ano, organizam-se um grande volume de recursos informados para a condução da agricultura do país, sendo o foco principal na produção em larga escala do segmento mais produtivo do meio rural.

O município de Balsas e sua relação com a Agricultura Familiar

De modo geral, o município e a população de Balsas foram formados pela miscigenação de pessoas de todo Brasil, assim como descrito por Coelho Neto (1979).

A população do município de Balsas é estimada em 94.887 habitantes, segundo IBGE (2019). De acordo com o representante do STTR local (maio de 2019, s/p), existem aproximadamente 29 comunidades rurais associadas ao sindicato do município (Quadro 3), contando assentamentos advindos do INCRA e associações de produtores familiares, com total aproximado de 2.264 pessoas no segmento da AF, sendo valor abaixo do real, visto que no Censo Agro 2017 pontua a existência de cerca de 3.442 pessoas no contexto do segmento rural no município, estes com laço de parentesco com o agricultor responsável pelos estabelecimentos.

Vale ressaltar que os dados apresentados nos resultados da pesquisa, referem-se a toda a agricultura do município, com algumas identificações mais especificadas da agricultura familiar deste local.

Existe a parceira do STTR junto à secretaria municipal da agricultura e a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP para verificação, acompanhamento, apoio e incentivos às comunidades agrícolas locais. As informações oficiais sobre a agricultura em Balsas, de acordo com os Censos Agropecuários 2006/2017, apresentam um quantitativo significativo de pessoas, que têm na prática agrícola um modo de sobreviver (Quadro 3).

Quadro 3.Dados da Agricultura Balsas/MA - Censos Agropecuários 2006/2017.

	2006	2017
Total de estabelecimentos	1.724	1.487
Total de pessoal ocupado	6.887	5.974
Pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor	6.314	3.442

Fonte: Elaborado pelos autores. Com base em dados do IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017.

Os resultados apontam que houve uma queda tanto de estabelecimentos, quanto em pessoal ocupado, com destaque nesse ponto quando se trata do quantitativo de pessoas apontadas como componentes de famílias que atuam na agricultura familiar local.

Sobre a questão das quedas no quantitativo de estabelecimentos e pessoal ocupado na agricultura brasileira, baseado em Delgrossi (2019), os números a nível nacional demonstravam que, só em 2006, mais de 541 mil estabelecimentos com até 4 módulos fiscais não foram classificados como agricultores familiares, aumentando para 853 mil excluídos em 2017. O que levou à exclusão deste grupo foi, principalmente, a geração de renda familiar advindas de atividades fora dos estabelecimentos, que pontuou em cerca de 302 mil excluídos em 2006, aumentando para quase 661 mil estabelecimentos em 2017.

O autor, ainda, observa que, foi o crescimento do uso da mão-de-obra contratada, que desclassificou 86 mil em 2006 e 177 mil estabelecimentos em 2017. O crescimento de estabelecimentos com uso da mão-de-obra contratada e daqueles com predominância das rendas fora do seu empreendimento ocorreram em todas as Unidades da Federação.

Os dados apontam que o gênero masculino permanece como a maioria os responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários no município de Balsas, mas que há uma crescente participação de mulheres, se observado que em 2006 representava cerca de 10%, já em 2017 a representação foi para 17,5%. A nível nacional, em 2017, 81% dos produtores são do sexo masculino e 19% do sexo feminino, representando aumento na participação das mulheres, visto que no Censo de 2006 representavam 13% do total de produtores (IBGE, 2019).

Acerca da escolaridade dos agricultores, em 2017, foi constatado que o maior número se enquadra no tipo antigo primeiro grau (23%), seguido do tipo que nunca frequentou (18%) e ainda do tipo regular do 1º grau (17%), pontuando que somente a soma desses grupos corresponde aproximadamente a 58% dos estabelecimentos. Assim, os dados demonstram o baixo

nível de escolaridade existente em Balsas, atribuído aos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários do município, sendo preocupante devido serem os responsáveis pelas decisões de gestão dos recursos dos estabelecimentos.

Os dados a nível nacional não são tão diferentes, pois em 2017, revelaram que do total de agricultores, 15% declararam que nunca frequentaram escola; 14% frequentaram até o nível de alfabetização, e 43%, no máximo, o nível fundamental, constatando que 73% do total de produtores possuem, no máximo, o ensino fundamental como nível de escolaridade (IBGE, 2019).

O contexto da agricultura familiar, segundo a observação participante, é ainda mais pontual a existência de chefes de família com baixa escolaridade, fato que se apresenta por motivos diversos, os agricultores não tiveram acesso a outros níveis educacionais, demonstrando que a base produtiva agrícola está pautada em sujeitos que detêm mais conhecimento empírico básico, que formação base ou técnica.

Sobre a classe de idade dos agricultores, verifica-se que a maioria dos agricultores se enquadram entre 55 e 65 anos. Este ponto sinaliza a seguinte situação: a população rural está envelhecendo. O percentual de jovens ligados diretamente a agricultura está cada dia menor, sendo preocupante o futuro no longo prazo para este segmento produtivo, visto que há uma clara disposição da geração mais jovem para atividades não-agrícolas.

Nesse sentido, os dados a nível nacional revelam que, através dos Censo Agropecuários 2017 e 2006, observa-se que a comparação por classe de idade aponta um crescimento na participação nas classes dos agricultores mais idosos, vislumbrando a necessidade de incentivos para a participação ativa de jovens no comando das atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

Ao se falar em produção municipal, é importante atentar-se acerca da sua área produtiva. No total dos estabelecimentos do município de Balsas, em 2006, era de 630.742 hectares, onde cerca de 53% dessa área era de proprietários individuais. Em 2017, apresentava-se a área total de 558.196 hectares, com um percentual de cerca 74% de proprietários individuais, evidenciando que as políticas públicas de acesso à terra, possibilitaram o aumento de sua posse. Segundo o STTR (2019), nos últimos anos (2006 a 2017) houveram muitas situações de entrega de títulos definitivos de terras, principalmente nos assentamentos rurais.

Sobre a produção agrícola no município de Balsas, segundo o levantamento de dados, baseados na produção de lavouras permanentes e temporárias, entre 2013 e 2017, verifica-se que a banana é a principal cultura local, seguida pelo coco da baía e laranja, como pode ser ilustrado no quadro 5.

Quadro 4. Principais Culturas Permanentes de Balsas/MA – 2013-2017.

Cultura/ Toneladas (t)	2013	2014	2015	2016	2017
Banana	1980	1970	1970	1952	1970
Coco da Baía (unid)	64	110	63	59	63
Laranjas	15	14	14	14	14

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017.

Essas culturas tiveram poucas variações de produção, com destaque apenas para a produção de coco da baía, que em 2014 obteve acréscimos de 36% de unidades produzidas. Aproveita-se para ressaltar que a banana é uma cultura tradicional da agricultura maranhense, tanto como base alimentar, como para comercialização.

Na agricultura familiar do município é comum a produção desse item, para consumo das famílias e comercialização dos excedentes, seja no comércio local (feiras, mercados), meios institucionais (escolas e hospitais municipais), ou repassada a atravessadores. Como trata-se, na maioria das vezes, de comercialização sem formalização (emissão de nota fiscal) de compra e venda, há um entrave na identificação do quanto foi produzido pela agricultura familiar.

Quadro 5. Principais Culturas Temporárias de Balsas – 2013-2017.

Cultura/ Toneladas (t)	2013	2014	2015	2016	2017
Algodão	39233	39953	47644	30146	30724
Arroz com casca	4656	3951	3753	669	1782
Cana de Açúcar	260	368	368	365	363
Feijão	3089	3921	3391	3490	8053
Mandioca	3368	4116	4115	3756	3756
Milho	297983	329133	291297	127134	447771
Soja	386196	457760	501668	234491	505289

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em IBGE, Produção Agrícola Municipal 2017.

A cerca das atividades desenvolvidas na produção de culturas temporárias, pode-se destacar as culturas do algodão, arroz com casca, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e soja. Sobre essas culturas é observado que todas, sem exceções, sofreram uma queda significativa na produção em 2016. Este fato está relacionado ao fenômeno *El Nino*, que contribuiu para um período prologando de seca e falta de água em todo o estado.

Os destaques se dão mais para os itens voltados para exportação, mas deve-se considerar que na observação participante foi identificado que, localmente, há a produção desses itens, por um percentual significativo de famílias nas comunidades agrícolas, com destaque para o feijão, o milho e a mandioca (principalmente esse item transformado em farinha), para consumo interno e repasse de seus excedentes são vendidos, pelos pequenos produtores, no comércio.

Os maiores destaques das culturas temporárias são produtos do agronegócio de grande escala, principalmente nas culturas de milho e soja, a qual a cidade de Balsas é referência no Estado e na região do MATOPIBA.

Sobre a recuperação da produção pós 2016 é interessante ressaltar que a maioria das culturas conseguiram se recuperar no ano seguinte. Cita-se o exemplo da produção de milho que teve volumes de sua produção até duas vezes maior que no período anterior. Isso foi possível através de apoio institucional (BACEN/ Bancos estatais/ Ações do governo) para essa alavancada na inclusão produtiva, destacando aqui principalmente no âmbito de normas sobre inadimplência no período, como é o caso da Resolução nº 4.519, de 14/9/2016, que trata especificamente desse aspecto, que inclui tópicos sobre a agricultura familiar.

Com base em Lemos (2015), é possível constatar que a expansão da soja, a partir de 1990, afetou a retração da produção das lavouras de arroz, feijão, mandioca e milho no Maranhão, visto que passou a ocupar extensas áreas, tradicionalmente cultivadas por agricultores familiares. O estado atual da agricultura familiar em Balsas é reflexo desse processo, inúmeros minifúndios com baixa produção e baixa participação no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do município.

Durante a observação participante, foi possível vislumbrar que, alheio aos dados oficiais, há um destaque para a produção de horticultura (alface, couve, cebolinha, coentro, cebola, quiabo, maxixe, pimentão) do município, tendo uma produção constante, realizada pelas comunidades agrícolas e disponibilizada para o consumo, por meio de diversos canais de escoamento, realizando todo o processo a partir de parcerias para o transporte, aquisição e comercialização destes itens.

Quadro 6. Sistemas de Preparo do Solo em Balsas – Censos 2006 e 2017.

Dados / Estabelecimentos	Censos Agro 2006	Censos Agro 2017
Cultivo Convencional (aração mais gradagem)	74	72
Cultivo Mínimo (só gradagem)	314	517
Plantio direto na palha	115	216

Fonte: Elaborado pelos autores. Com base em dados do IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017.

Sobre os sistemas de preparo do solo em Balsas, os dados apontam que houve um acréscimo significativo nos tipos de cultivo mínimo (preparo de solo antecipado, com plantio simultâneo) e plantio direto na palha (solo sempre recoberto de uma camada de resíduos vegetais). Estes dados demonstram existir uma preocupação, por parte dos agricultores, acerca da preparação do solo, evitando a sua degradação e prolongamento de plantios ao longo dos anos (Quadro 6).

Uma das formas de preparação do solo é através da utilização de máquinas (comumente utiliza do trator). A cerca do quantitativo de tratores no município, em 2006, existia 632 unidades, já em 2017 esse número saltou para 730 unidades, apontando investimentos em maquinários, normalmente realizado pela agricultura patronal, que tem forte atuação local. Em nível nacional houve incremento de aproximadamente 50% nesse quesito.

Segundo o STTR (2019, s/p), com apoio da Secretaria da Agricultura do município, houve aquisições de tratores, realizadas pelo governo municipal, para apoio da agricultura familiar. Os principais tipos de produtos contemplados foram as hortaliças, mandioca, feijão, arroz, milho, melancia e abóbora. Um investimento para apoio dos agricultores ocorreu em 2018, com a aquisição de trator adaptado para plantio de mandioca. O critério utilizado para atendimento das comunidades agrícolas ocorre através de agendamentos. Devido ao município possuir a maior área rural do sul do estado – 558.196 hectares (As comunidades do Gerais de Balsas estão localizadas a mais de 200km da sede), é efetuado o apoio com mais frequência das comunidades mais próximas da zona urbana.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 apontam que, no quesito assistência técnica fornecida para os agricultores do município, cerca de 86% destes informam não receber apoio técnico para administração, manejo do solo e orientação para melhorias dos estabelecimentos.

A falta de assistência técnica para a agricultura familiar, de acordo com Gomes, Guimarães e Porro (2017), impacta tanto na falta de mecanização do processo de preparo do solo, seguido de poucas ações para reverter a baixa fertilidade dos solos, sendo sua ação forte apoio ao pequeno agricultor em termos de produção de forma correta e eficiente.

Segundo informações do STTR (2019, s/p), existe a constante atuação da AGERP, com parcerias e ações de acompanhamento dos projetos agrícolas quando solicitado, atuando como assistência técnica, com participação em reuniões como representantes da pasta do sistema SAF estadual, organizando ou apoiando eventos diversos sobre temas definidos na agenda do governo estadual, palestras diversas sobre temas atinentes à agricultura familiar.

Vale destacar que em estudos sobre a agricultura familiar, endividamento e inadimplência no Pronaf (ALENCAR, 2010; DUMER *et al*, 2017), umas das causas de baixas contribuições na geração de renda e falta de adimplência em contratos firmados, tem como fator predominante a falta de assistência técnica junto aos agricultores familiares e, ainda, conhecimentos de gestão.

Sobre as formas de adubação realizadas pelos agricultores, em 2017, cerca de 58% destes informaram não fazem adubação, e 42% informaram realizar esse procedimento em seus estabelecimentos. A realização de adubação na agricultura em Balsas deve ser vista como algo realizado em grande escala, visto a produção a nível de exportação realizada na região. Acredita-se que, os informantes que não usam adubação, está relacionada à agricultura familiar, visto o perfil agroecológico desse segmento. Esse ponto pode ser relacionado com a baixa produtividade do segmento, na maior parte das vezes ocorrendo devido à pouca informação deste público (SALES *et. al*, 2005; ALENCAR, 2010; BARROS *et al*, 2015).

No quesito utilização de agrotóxicos, em 2017, foram informados que 78% dos estabelecimentos não utilizaram agrotóxico nas suas plantações. Isto significa que, a maioria dos produtores podem estar levando em conta a situação do meio que produz e, ainda, evitando os malefícios ocasionados pelo uso inadequado de agrotóxicos.

A utilização de agrotóxicos provoca impactos negativos dentro e fora da agricultura, pois pode provocar desequilíbrios biológicos, além de eliminar os inimigos naturais das pragas e patógenos, mas, por outro lado, auxilia no desenvolvimento da resistência das pragas aos agrotóxicos, criando uma necessidade de altas dosagens, frequência das pulverizações, aumentando consequentemente com o potencial de dano ao meio ambiente e ao homem

(SOARES *et al*, 2003).

Na verificação no Censo Agro 2006, sobre o quesito financiamentos e empréstimos, consta que em Balsas, os estabelecimentos apontados como da Agricultura Familiar, em geral não tiveram acesso ao crédito rural por diversos motivos, tais como: falta de garantia pessoal, não sabe como conseguir, burocracia, falta de pagamento do empréstimo anterior, medo de contrair dívidas, outros motivos informados e ainda que não precisou.

Já em 2017, os dados revelam que cerca de 82% dos estabelecimentos não obtiveram empréstimos ou financiamentos, sendo que apenas 18% conseguiram obter estes recursos. Segundo o STTR (2019, s/p) local, alguns motivos que levam a ter esse indicador tão alto, de famílias que não conseguiram empréstimos ou financiamentos, está relacionado a pendências financeiras nos CPF por dívidas comerciais, DAP cancelada ou fora dos critérios do programa, dificuldade de entender o processo envolvendo o trâmite financeiro, falta de aval, medo de contrair dívidas e burocracia institucional.

A cerca das famílias que conseguiram os empréstimos ou financiamentos, o STTR (2019) informa, ainda, que a grande maioria busca quitá-lo de forma a ter acesso a mais crédito, mesmo que busque rendas em atividades não-agrícolas para isso.

Algumas situações podem inclusive acarretar o não pagamento das parcelas desses financiamentos, devido uma situação corriqueira de desvio da finalidade do crédito, ou ainda quando não há acompanhamento, por parte das instituições financeiras ou órgãos públicos, quanto à aplicação dos valores na sua finalidade definida no projeto de solicitação do crédito. O quadro 8 aponta o quantitativo de projetos e o volume de recursos que famílias que tiveram acesso aos créditos do Pronaf nas categorias agrícolas e pecuárias, em Balsas/MA durante o período de 2013 a 2017, observando ainda os montantes a nível nacional, regional e estadual. É interessante ressaltar existir aproximadas 566 famílias nas comunidades rurais do município.

Quadro 7. Projetos e Recursos do Pronaf – Agrícola e Pecuária (2013 a 2017).

	2013		2014		2015		2016		2017	
	Projetos	Vol.(R\$)	Projetos	Vol.(R\$)	Projetos	Vol.(R\$)	Projetos	Vol.(R\$)	Projetos	Vol.(R\$)
Brasil	1.988.523	19.947.928.003	1.818.298	24.684.232.557	1.697.659	21.746.696.303	1.619.571	22.298.404.409	1.313.514	22.040.265.541
Nordeste	923.915	2.957.615.827	806.808	3.414.892.429	848.780	3.051.230.339	836.855	3.048.837.400	617.732	2.836.985.905
Maranhão	99.120	412.897.562	93.998	496.348.696	79.831	395.057.108	82.105	416.498.717	61.537	375.057.705
Balsas	993	2.171.280	525	1.895.166	680	3.075.419	612	2.878.993	490	2.467.375

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseado em Banco Central do Brasil (BCB), Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

As informações do quadro 7 revelam que, nos últimos cinco anos, houve repasse de recursos para o segmento da agricultura familiar para as partes agrícolas e pecuárias, por meio da política pública realizada pelas ações do PRONAF. No âmbito nacional é perceptível um decréscimo de contratos realizados, seguindo a nível regional e estadual esse mesmo processo, revelando as mudanças na condução das políticas públicas adotados pelo governo, com foco maior para a parte mais produtiva/rentável.

No nível municipal, o Bacen (2019) informa que em Balsas apresenta uma oscilação semelhante, com decréscimos no número de contratos firmados. A cerca dessa movimentação, três instituições financeiras locais (BNB e BB), que atua/atuava com repasse de créditos do PRONAF, os gestores chegaram a informar que essa oscilação tem vários fatores influenciadores: o menor quantitativo de DAP emitidas, a descaracterização de agricultores para as linhas de financiamento, projetos pouco estruturados, barreiras institucionais (burocracia), são alguns pontos relevantes.

Voltando o foco para a parte agrícola do repasse de créditos, os dados remontam poucos projetos aprovados e baixo nível de recursos disponibilizados, conforme dados do quadro 8.

Quadro 8. Projetos Agrícolas e Recursos do PRONAF – Balsas.

	2013	2014	2015	2016	2017
Projetos Agrícolas	363	32	3	2	92
Recursos R\$	544.666,60	90.923,50	70.329,06	46.556,52	366.250,00

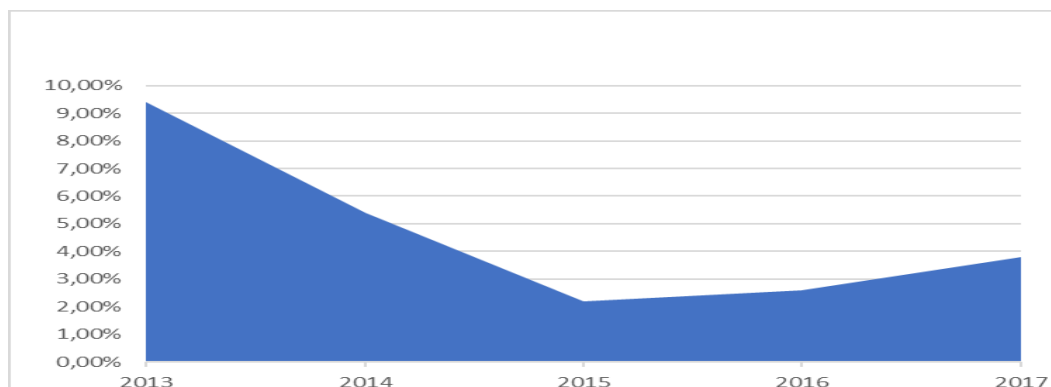
Fonte: Elaborado pelos autores. Banco Central do Brasil (BCB), Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

Considerando as informações do quadro 8, o qual destaca o volume de projetos e valores repassados, em comparação com o quadro 8, evidencia a baixa demanda de projetos agrícolas. Isto ocorre devido ao alto nível de riscos/adversidades inerentes à agricultura serem maiores, se comparados com a pecuária. Isso vislumbrando que a criação de animais (nas diversas categorias) por si é um elemento já existente, já na parte agrícola trata-se de produção de algo que ainda será produzido, embutindo riscos diversos (naturais, climáticos são os principais), diferente da pecuária.

O quadro 9 demonstra, ainda, que houve queda significativa de projetos agrícolas aprovados, sendo aproximadamente queda de 73% entre 2013 e 2017. Os diversos pontos já supracitados como fatores que impactam na aquisição dos créditos justificam esses números.

Quanto ao quantitativo de famílias que conseguiram ter acesso aos créditos do Pronaf em Balsas, é interessante apresentar se houve casos de não pagamentos destes e qual o nível existente no município.

Figura 2. Inadimplência nos contratos do PRONAF em Balsas - 2013 a 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do BNB (2020).

De acordo com os relatórios gerenciais do BNB (o principal meio de aquisição de créditos do Pronaf no município), a inadimplência no estado do Maranhão e na região de Balsas segue uma tendência regional. A figura 2 revela que em 2013 havia aproximadamente 9,4% de contratos do Pronaf inadimplentes, correspondendo a cerca de R\$331 mil. Já, em 2017, era 3,8% de contratos inadimplentes, cerca de R\$235 mil. Havendo uma queda do percentual bem significativa de um ano para outro, com destaque para o ano de 2015, que fechou com o número de 2,2% contratos inadimplentes. Vale ressaltar que este foi ano a qual todo a região nordeste passou por um período de seca prolongada, mesmo assim o indicador ficou baixo.

Sobre esses números da inadimplência em contratos de recursos do Pronaf, baseando-se nas informações repassadas pelos gestores dos recursos e nas diversas pesquisas já elencadas no estudo, pode-se destacar os principais motivos que norteia esse endividamento: Falta de conhecimento de gestão (educação financeira), baixa escolaridade dos produtores, projetos pouco estruturados, problemas em emissão ou atualização de DAP, desvio da finalidade do crédito adquirido, cultura de não-pagamento, entre outros.

Pode-se constatar que, mesmo existindo o repasse de créditos para a agricultura familiar local, é um percentual pequeno, como já explicado, salientando que de fato há inúmeros entraves (internos e externos) para que os agricultores familiares tenham acesso aos recursos

do Pronaf.

Em contraponto, Lemos (2019, p.123), destaca a importância de os agricultores familiares terem conhecimento sobre o Pronaf e as linhas específicas das instituições financeiras. Para o autor poderia existir “mais divulgação pelas Secretarias de Agricultura dos estados e dos municípios para os agricultores e, assim, prover-lhes uma maior inserção”, buscando maior alcance de aplicação dessa política pública e sua devida inclusão produtiva.

Contudo, pode-se observar que os aspectos que mais são apontados em pesquisas sobre endividamento e inadimplência no Pronaf, giram em torno de falta de conhecimento e baixa escolaridade, pontuando a necessidade desse segmento de maior apoio em aprender formas de organização financeira, que os permitam saber agir, quando por fim conseguem acesso as linhas de crédito do programa.

Conclusões

A respeito dos financiamentos adquiridos pelos agricultores familiares do município de Balsas, os dados de inadimplência e informações do STTR pontuam que as famílias estão, em sua maioria, conseguindo quitar os empréstimos, inclusive nos últimos anos apresentam baixo índice de inadimplência se comparado a períodos anteriores.

Quanto ao que pode ser realizado para evitar que os endividamentos se transformem em inadimplência, sugere-se a aplicação de ações pontuais com intuito de informar e capacitar as famílias das comunidades agrícolas, visto que a maior parte das situações que acarretam em inadimplência são reflexos da falta de conhecimento em gestão, seja de bens, produção ou rendas.

É importante ressaltar que a agricultura familiar, quando incentivada e fomentada de forma adequada, tem potencial de estimular toda a economia local, gerando renda e emprego, fixando o homem ao campo, bem como garantindo a segurança alimentar e o bem-estar socioeconômico de toda a sociedade.

No contexto mais geral, observa-se que o Pronaf foi desenvolvido para atribuir as menores taxas de juros, se comparado com outras linhas de financiamentos, assim é natural supor que o crédito disponibilizado nessa via obtenha as menores taxas de inadimplência no sistema de crédito brasileiro, o que na realidade não ocorreu na prática.

Referências

ALENCAR, P.R. M. de. **Efeitos dos programas Agroamigo e Bolsa Família na redução da inadimplência dos agricultores do Pronaf B nos municípios piauienses**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2010.

ARAUJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. IPEA: 2018.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Crédito Rural (Brasil, Maranhão, Balsas)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrural>. Acesso em: 21 de jan.2019.

_____. **Resolução Nº 2682/99**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. 1999. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf. Acesso em: 16 mar. 2020.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. Editora Atlas, São Paulo, 2004.

BARROS, E. de S.; XAVIER, L.; PESSOA, D.; SOBEL, T. F. Endividamento Agrícola: Quão comprometidos são os produtores do polo Petrolina-Juazeiro frente a suas dívidas? **Economia Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 171-200, 2015.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, p. 45-68, 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Plano Agrícola e Pecuário (2006-2017). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

BUAINAIN, A.M. **Agricultura familiar, Agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

CUNHA, R. C. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v.8, n. 1, 2015, p. 133-152.

DELGROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, 2019.

_____. **Agricultura familiar no censo agropecuário - principais causas de exclusão da agricultura familiar nos algoritmos**. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2020.

DUMER, M.C.R.; CARVALHO, N.; SOUZA, A.M.de.; RIBEIRO, A.L.; COSTA, R.A. de O. Inadimplência Do Pronaf Um Estudo No Município De Afonso Cláudio-ES. **Revista de Agronegócio – Reagro**. Jales, v. 6, n.2, p. 36-48. 2017.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008, 242 p.

GOMES, D.; GUIMARÃES, J.; PORRO, R. Acesso à ATER e os principais problemas técnicos enfrentados pela agricultura familiar no Nordeste paraense. In: **Embrapa Amazônia Oriental - Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 2., 2017, Natal. Anais...[SI: sn], 2018., 2018.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura familiar: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/pesquisa/24/76693>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

_____. **Produção Agrícola Municipal, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

_____. **História, Balsas, Maranhão**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/historico>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

LE MOS, J.J.S. Efeitos da expansão da soja na resiliência da agricultura familiar no Maranhão. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 2, p. 26-37, 2015.

_____. **Vulnerabilidades induzidas no Semiárido Brasileiro**. Ebook. Fortaleza – Ceará,

2019.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v. 34, n. 1, p. 35-71, 2011.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís, EDUFMA, 2011.

MOTA, F. L. O rural e o urbano no cerrado sul-maranhense: Balsas enquanto cenário de reprodução das transformações socioespaciais no país 1980. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 138-157, 2017.

NUNES, S.P. Instrumentos de Política Agrícola para a agricultura e agricultura familiar no Brasil. **DESER - Boletim Eletrônico, Conjuntura Agrícola**. Departamento de estudos socioeconômicos rurais. Edição 159, Junho - 2007.

ROCHA, R.G.; MOTA, F. L. A inserção da economia maranhense no cenário nacional - o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: 2012.

SALES, F. M. G.; LIMA, P.S.; KHAN, A.S.; SANTOS, J. A. N. DOS. **Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural nas áreas de concentração de fruteiras no estado do Ceará**. Universidade Federal do Ceará – Fortaleza: 2005.

SANDRI, M. M. BAÚ, S.C.S. **Balsas, palco de integração social: o encontro do sertanejo e do gaúcho**. Dissertações Acadêmicas. Imperatriz: Ética, 2008.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Editora Record, 2016.

SCHNEIDER, S. Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil. **Revista da ALASRU Nueva Epoca**, v. 1, p. 21-52, 2014.

SOARES, W.; ALMEIDA, R.M.V.R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxicos em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. :1117-1127, 2003.

SOUSA, D. N. de. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des) conexões entre referenciais, ideias e práticas**. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2019.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo; Hucitec, 2007.

VIEIRA, L.A.T. **Uma comarca fora da lei”: a Guerra do Léda no sertão do Maranhão**. Monografia. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. São Luís, 2015.

Recebido em 04 de setembro de 2020.

Aceito em 23 de agosto de 2021.